

blicos da Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará –FAEPA por meio dos Convênios nº 002/2011, 027/2011 e 029/2011.

1.5.14. Processo nº 000474-095/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Itupiranga/PA

Origem: PJ de Itupiranga

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde do Município de Itupiranga

1.5.15. Processo nº 001841-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): José Carlos Santos, Mário Natalino Costa Ferreira, Luis Gonzaga Leite Lopes

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público E Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação pela Secretaria de Estado e Educação do Estado do Pará – SEDUC da prestação de serviços de transporte escolar dos alunos ribeirinhos de Belém, ano de 2010.

1.5.16. Processo nº 000299-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará.

Requerido(s): Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda - SETER

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público E Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no repasse de verbas públicas da Secretaria de Estado de Trabalho, emprego e Renda (SETER) à Cooperativa de Serviços Profissionais do CEFET/PA, ano de 2013.

1.5.17. Processo nº 000018-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará.

Requerido(s): Augusto Coutinho

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público E Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível acumulação ilícita de cargos públicos.

1.5.18. Processo nº 000265-151/2016

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM/PA

Requerido(s): Companhia de Informática de Belém – CINBESA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Companhia de Informática de Belém (CINBESA), exercício 2006, cujos ordenadores de despesas eram os Srs. Oséas Batista da Silva Júnior e William Lola Mendes.

1.5.19. Processo nº 000221-087/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará.

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Palestina do Para

Origem: PJ de São João Do Araguaia

Assunto: apurar possíveis irregularidades na prestação das contas, referente ao Convênio nº341/2004, celebrado entre a SEPOF e o Município de Palestina do Pará, para a construção da Orla, em palestina do Pará -Pa, referente ao Processo nº 2206/506888-0.

1.5.20. Processo nº 000139-113/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará.

Requerido(s): Freire Melo

Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural E Habitação E Urbanismo

Assunto: apurar possíveis danos ambientais no terreno abandonado de propriedade da construtora Freire Melo, localizado na Rua dos Pariquís.

1.6 Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

1.6.1. Processo nº 000034-200/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Assunto: Investigar a regularidade dos estabelecimentos educacionais e apurar eventual violação do Art. 11, incisos I e IV, da Lei Nº 8.429/92.

1.6.2. Processo nº 000105-200/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Investigar a ausência de manutenção no prédio onde funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Professo Antônio Gondim Lins.

1.6.3. Processo nº 001355-025/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): COSANPA

Origem: 5º PJ de Marituba

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da não observância, pela ETE Residencial Viver Melhor Marituba, do tratamento dos efluentes sanitários despejados no leito do Rio Mocajuba.

1.6.4. Processo nº 000301-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Departamento De Trânsito Do Estado Do Pará – DETRAN

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposta irregularidade em possível direcionamento de licitação de Concorrência Nacional 002/2014, no Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA), pela empresa AMB.

1.7 Processos de Relatoria do Conselheiro ADELIO MENDES DOS SANTOS:

1.7.1. Processo nº 000159-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu/PA

Origem: 5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira.

Assunto: Apurar a licitação, Tomada de Preços Nº 010/2012, para revitalização da Praça Benjamins em Vitória do Xingu.

1.7.2. Processo nº 003532-710/2018

Requerente(s): Procuradoria da Fazenda Nacional

Requerido(s): Prefeitura de Barcarena

Origem: 1º PJ De Barcarena

Assunto: Apurar não recolhimento tempestivo de contribuições previden-

ciárias, acarretando a incidência de juros e multa, além do acréscimo do encargo legal, onerando desnecessariamente o cofre municipal.

Belém-PA, 17 de março de 2021.

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

OBS: Quaisquer requerimentos devem ser feitos por meio do endereço eletrônico conselho@mppa.mp.br

Protocolo: 637623

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a abertura do Pregão Eletrônico nº 002/2021, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HIGIENE E LIMPEZA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ACARÁ/PA. A Sessão de recebimento de propostas, análise e julgamento será em 30 de março de 2021 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 980403, às 13:00hs. Edital e anexos: <https://acara.pa.gov.br>, www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 980403, Portal TCM/PA, Setor de Licitações: Travessa São José nº 120 Praça da Matriz, Sala das Licitações, horário 08:00hs às 13:00hs, cpl. pma2021@gmail.com. Fabio Junior Carvalho de Lima. Pregoeiro Municipal.

Protocolo: 637634

Aviso de Licitação

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a abertura do Pregão Eletrônico nº 002/2021, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DE KITS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE, NO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA, DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS EM DECORRÊNCIA DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL E DE CALAMIDADE PÚBLICA CAUSADAS PELO NOVO CORONAVÍRUS - COVID-19. A Sessão de recebimento de propostas, análise e julgamento será em 30 de março de 2021 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 980403, às 09:00hs. Edital e anexos: <https://acara.pa.gov.br>, www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 980403, Portal TCM/PA, Setor de Licitações: Travessa São José nº 120 Praça da Matriz, Sala das Licitações, horário 08:00hs às 13:00hs, cpl. pma2021@gmail.com. Fabio Junior Carvalho de Lima. Pregoeiro Municipal.

Protocolo: 637635

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ

Decreto nº 14, de 15 de março de 2021.

DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ E DEFINE OUTRAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO "NOVO CORONAVÍRUS" (SARS-COV-2) - COVID-19, COBRAR DEFESA CIVIL Nº 15110, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ, Excelentíssima Senhora VANESSA GUSMÃO MIRANDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica Municipal, em conjunto com o que dispõe o inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012; CONSIDERANDO a PORTARIA nº 188/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2020, oriunda do Ministério da Saúde, a qual reconhece e declara situação de Emergência em Saúde Pública com natureza internacional - ESPIN, em todo território brasileiro, em decorrência da infecção humana proveniente do "novo coronavírus" (Sars-Cov-2) - COVID-19 a qual configurando risco potencial da doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna; CONSIDERANDO que, como forma de melhor executar as medidas preventivas e de enfrentamento às infecções provenientes do "novo coronavírus" (Sars-Cov-2) - COVID-19 se faz obrigatório e essencial que seja dado esdrúxula continuidade ao confinamento social no âmbito de Aurora do Pará, nos termos da Lei Federal nº 13.979/2020, Decreto Federal nº 10.282/2020, Decreto Estadual nº 800/2020 e demais decretos municipais; CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 800, republicado em 10 de março de 2021 que declara estado crítico na saúde pública em todo o território do Estado do Pará, em virtude da pandemia do COVID-19; CONSIDERANDO as atribuições inerentes ao poder de polícia sanitária, conferidas pelo art. 15, XX, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de novembro de 1990; CONSIDERANDO que a pandemia decorrente da infecção humana proveniente do "novo coronavírus" (Sars-Cov-2) - COVID-19 já atingiu todo o território brasileiro, e a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade